

Operação Zelotes e Carf em debate no Rio



Audidores Luiz Sérgio (BH) e Dão Real (Porto Alegre) em debate na DRJ/RJO (08/06)

A convite da direção da DS/Rio, no dia 8 de junho os Auditores-Fiscais Luiz Sérgio Fonseca Soares (DS/Belo Horizonte) e Dão Real Pereira dos Santos (DS/Porto Alegre) reuniram-se com filiados lotados na Delegacia de Receita de Julgamento (DRJ/RJO) para um debate sobre a atuação dos AFRFB na Operação Zelotes, as competências do cargo, a atividade julgadora e as perspectivas de mudanças no Carf. O debate complementou a participação dos convidados no programa radiofônico Faixa Livre, juntamente com a diretora de Defesa da Justiça Fiscal da DS/Rio, Célia Satiyo Seto. A iniciativa da DS/Rio tem dois objetivos – ampliar a compreensão sobre o trabalho do AFRFB e sua relevância para o país e, no âmbito da categoria, promover a defesa do cargo e suas competências, num momento em que a Receita Federal realiza mapeamento de processos e de atribuições na carreira de Auditoria Fiscal. **Página 3**

Campanha Salarial 2015

No mês de maio, a direção da DS/Rio e os membros do Comando Local iniciaram visitas às unidades da base, para promover as ações da campanha salarial 2015. Conforme orientação do Comando Nacional de Mobilização (CNM), os itens prioritários da campanha são: equiparação a 90,25% do teto salarial do Ministro do STF; defesa das PEC 186 e 443 e separação das carreiras. Entre as ações, está o Dia Nacional sem Computador na zona secundária, cujo calendário será divulgado mensalmente. Nesses dias, na zona primária, não haverá desembaraço de mercadorias.

Mobilização setorial – Na assembleia nacional do dia 10 junho, no Rio, os filiados decidiram intensificar o movimento setorial nas unidades da base. O Comando Local também se fortaleceu com a adesão de novos membros. Como o Dia Nacional sem Computador ocorre semanalmente, o presidente da DS/Rio, João Abreu, sugeriu que o Comando Local utilize a data para percorrer as unidades e conversar com os colegas. Além disso, o CNM recomenda a leitura do Caderno de Orientações, que é revisado a cada reunião e está disponível no *site* do Sindifisco Nacional.

Plenária – De 1º a 3 de julho, haverá plenária nacional em Brasília para determinar as próximas ações da campanha salarial. A DS/Rio participará com 34 representantes, eleitos em todas as unidades da base.

Contracheque virtual é risco para idosos

Em assembleia nacional (10/06), os filiados aprovaram o *Manifesto da DS/Rio contra a extinção do envio do contracheque impresso a servidores públicos federais aposentados e pensionistas*. O documento foi encaminhado à DEN, para tomada de posição junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Instituída através da Portaria nº 73/2015 do MPOG, sem consulta prévia, a medida abrange todos os servidores públicos federais, mas ignora as dificuldades de grande parte dos aposentados e pensionistas idosos para usar computadores. O foco do MPOG foi a economia de R\$ 40 milhões gerada com o fim dos contracheques impressos. A DS/Rio entende que o contracheque virtual deve ser uma opção, e não imposição do Estado a seus servidores – principalmente aposentados e pensionistas idosos, vítimas fáceis de crimes virtuais e de abuso econômico.

Na foto, o vice-presidente da DS/Rio Antonio Henrique Cunha lê o manifesto durante a assembleia.



Arraiá em julho

O tradicional *Arraiá* dos Auditores do Rio acontecerá no dia 10 de julho, a partir das 19h, no Clube Dezesete (Rua Pacheco Leão, 2038, Jardim Botânico), com brincadeiras, comidas típicas e muita alegria. É importante que todos estejam bem agasalhados, pois o clube fica numa área de intensa vegetação e, à noite, costuma esfriar. Táxis de cooperativa local ficarão dentro do clube para quem resolver deixar o carro na garagem. Convites à venda nas Sedes da DS/Rio – Debret (3125-3808 ou 3809) e Quitanda (3916-8550).

VALOR E COMPETÊNCIA

A pesar da escalada inflacionária, os Auditores-Fiscais da Receita Federal permanecem há anos sem recomposição salarial. Enquanto o próprio governo admite que a crise econômica está entre as grandes preocupações do Estado, uma das principais carreiras desse mesmo Estado se esvazia devido à perda do poder aquisitivo, à ameaça explícita ou velada às suas atribuições e falta de apoio institucional consistente.

À medida que o quadro de Auditores-Fiscais da Receita Federal encolhe, outras carreiras emergem e ganham visibilidade – obviamente, por competência de seus integrantes, mas também pelo indispensável suporte de seus administradores, dispostos a valorizar a “prata da casa”, e uma efetiva presença na mídia.

Ainda impactados com o desfecho da campanha salarial de 2012, chegamos a 2015 embalados pela expectativa de avançarmos de alguma forma, porque é inadmissível regredir. Neste momento, tanto quanto o poder aquisitivo, devemos resgatar o respeito ao cargo – que é imprescindível ao Estado brasileiro e à sociedade – e a essência do nosso trabalho – o combate à fraude e à sonegação fiscal.

Portanto, a cada dia, a valoração do cargo depende menos do apoio institucional e mais de nossa própria postura. Devemos reavaliar nossas atitudes e proposições, reconhecendo que a motivação para atuar na Receita Federal deve ser exatamente aquela que nos orienta nesta campanha salarial – tem a ver com autoestima funcional e com a defesa intransigente de nossas competências.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
- Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha
- Segunda Vice-Presidente:** Maria Gláudia Ferrer Mamede
- Secretário-Geral:** Luiz Roberto Bicalho Domingos
- Diretor de Finanças:** Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
- Diretor-Adjunto de Finanças:** Robson Guedes Lassarat
- Diretor de Administração:** Fábio Alves Cabral
- Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marclio Henrique Ferreira
- Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisembaum
- Diretora de Defesa Profissional:** Fátima e Silva Rodrigues
- Diretor de Comunicação:** Rodrigo de Almeida Rodrigues
- Diretora de Assuntos de Aposentados:** Eliane Barros Rocha
- Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos
- Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Helio Fernando Mulylaert da Silva Lima
- Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Diretor de Saúde e Qualidade de Vida:** Sonia Chaves Mesentier
- Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida:** Airton Gonçalves Dias
- Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Célia Satiyo Seto
- Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais:** Teresa Maria da Silva Vagos
- Diretores Suplentes:** Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik e Regina da Fátima da S.C. Hardman
- Conselho Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Sônia d’Azevedo e Robéria Fernandes (DS/BH)
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Operação Zelotes impõe debate sobre papel dos Auditores-Fiscais

As primeiras informações publicadas na grande imprensa sobre a Operação Zelotes deram a medida exata do desconhecimento nacional sobre a estrutura e finalidade dos órgãos de Estado, em especial, a Receita Federal do Brasil. Na época, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foi citado como um setor da RFB e, os Auditores-Fiscais, confundidos com os membros daquele Conselho e responsabilizados pelas irregularidades investigadas.

Os equívocos foram reparados, mas sem qualquer registro ao trabalho investigativo dos AFRFB, essencial para o embasamento das grandes operações desencadeadas pela Polícia Federal. A própria Receita custou a se pronunciar em defesa da “casa”. E, quando o fez, foi com timidez inexplicável diante dos arranhões causados à imagem institucional. Novamente, a categoria paga tributo por fazer o trabalho solitário e nada midiático de garimpar e identificar sonegadores, fraudadores e corruptores.

Debate – No dia 8 de junho, essas questões foram abordadas no programa radiofônico Faixa Livre, no Rio de Janeiro (*áudio disponível no site da DS/Rio*), pelos AFRFB Dão Real Pereira dos Santos, membro do Instituto de Justiça Fiscal e vinculado à DS/Porto Alegre; Luiz Sérgio Fonseca, presidente da DS/Belo Horizonte e Célia Satiyo Seto, diretora de Justiça Fiscal da DS/Rio.

O tema voltou ao debate em reunião específica com os Auditores da Delegacia de Receita Federal de Julgamento (DRJ/RJO). Há tempos, os Julgadores enfrentam metas incompreensíveis de desempenho, constrangimentos funcionais e, a partir deste ano, terão o mandato reduzido caso haja queda na produtividade individual.

Zelotes – Um dos méritos da Operação Zelotes foi divulgar a existência, na estrutura do Ministério da Fazenda, desde 2009, de um Conselho que atende prioritariamente aos interesses dos “grandes” contribuintes. A estrutura e o poder protelatório do Carf – por exemplo, solicitar e obter sucessivos pedidos de vista aos mesmos processos – vieram à tona e motivaram uma consulta pública do MF, logo após a divulgação das irregularidades, para propor alterações no regimento interno do Conselho.

Para o Auditor Luiz Sérgio, a consulta pública foi uma “cortina de fumaça”, a começar pelo prazo exíguo para o envio das propostas – 27 de abril a 4 de maio, prorrogado até 11 de maio. Mas, serviu para mexer em pontos problemáticos, como o sorteio dos processos, que passará a ser eletrônico.

“Isso retira uma das suspeitas de que os processos eram direcionados para determinados conselheiros e, já na distribuição de quem seria o relator, se garantiria o resultado – ou porque o relator tinha um determinado entendimento, ou porque estava num esquema de desvio de comportamento”, diz ele, referindo-se às investigações.



DRJ: Auditores Luiz Sérgio, Dão Real e Célia Satiyo Seto recepcionados pelo Delegado-Substituto Marcelo Branco

O Auditor também considera efetiva a medida inicial do MF de estipular “remuneração de R\$ 11 mil para os representantes indicados pelas confederações”. Com isso, houve esvaziamento do quadro de Conselheiros, pois advogados de notória especialização ficariam impedidos de advogar em troca de remuneração bem inferior aos seus padrões.

Danos – O fato é que, do ponto de vista jurídico, a existência do Carf não se justifica. Além de servir a poucos, causa danos à União quando autos bilionários ficam “parados” ou são derrubados com poucas explicações. Como a Receita Federal não tem poder recursal, as decisões do Conselho são finalísticas.

Conforme destaca o Auditor Dão Real, no artigo *“Zelotes revela a importância dos auditores-fiscais para o país”*, “é um direito da cidadania que o exercício das atividades essenciais do Estado não se submeta ao poder econômico, e o fisco é uma delas”. Portanto, a “autonomia e as prerrogativas legais dos AFRFB devem ser preservadas para o exercício pleno de suas atividades de fiscalização tributária e aduaneira”.

Julgamento – Enquanto o Carf concentra poderes, os Auditores lotados nas DRJ são avaliados pela quantidade de pareceres que conseguem (ou não) formular, num determinado período de horas. A complexidade da matéria virou item secundário. Hoje, é o número de folhas do processo que indica o tempo concedido pelo “sistema” a cada Julgador – que corre contra o relógio para fundamentar pareceres que se sustentem no Carf.

A conjugação desses elementos resulta num

misto de insegurança funcional e insatisfação pessoal com a qualidade do próprio trabalho. Tal sentimento, antes desconhecido, gera diversos questionamentos sobre as mudanças gerenciais implantadas na Receita Federal, com grande prejuízo para o combate à sonegação.

Ao final do debate, houve o consenso de que a DRJ precisa repactuar suas condições de trabalho. Os Julgadores do Rio decidiram formular uma pauta específica para ser levada à Administração. Também constataram que o Julgamento tem sido “piloto” de diferentes projetos – como o teletrabalho –, cujos resultados, na prática, afetam a qualidade do trabalho, a integração das equipes e a própria saúde dos Auditores.

Papel – Por outro lado, o combate à sonegação não avança se a meta se concentra na arrecadação, ainda mais num país em que “90% da arrecadação vêm de forma induzida, ou seja, descontada automaticamente dos pequenos e médios contribuintes”, explica Dão Real.

Como membro do Instituto de Justiça Fiscal, o Auditor estuda os acordos de comércio internacional, cujas diretrizes são ditadas pelos grandes conglomerados empresariais e refletem diretamente nos fiscos das nações. Por isso, ele recomenda que os AFRFB fiquem atentos ao seu papel no Estado brasileiro e defendam as atribuições do cargo.

“Não podemos embarcar no discurso de que somos meros agentes arrecadatórios; a prioridade do cargo é combater a sonegação para promover a justiça fiscal. É esta nossa face que a sociedade brasileira precisa conhecer”, completa Dão Real.

DEFESA DAS COMPETÊNCIAS

A Secretaria de Receita Federal realiza estudo para mapear os processos e atribuições das carreiras do órgão. No mês de maio, colegas das dez Regiões Fiscais foram convocados para participar do estudo, que resultará na normatização das tarefas dos AFRFB. A DS/Rio defende a clara delimitação das competências da categoria. Para contribuir com o debate, o presidente João Abreu vem coletando dados das unidades locais que normatizaram os procedimentos internos, como a Delegacia da Receita de Nova Iguaçu (DRF/NIU) e a Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac).

FUNDOS DE PENSÃO PÚBLICOS: INGERÊNCIA POLÍTICA AMEAÇA PATRIMÔNIO



Memória sindical – 28/03/2012: cumprindo deliberação de assembleia do Comando Nacional de Mobilização (CNM), as Delegacias Sindicais do Rio, Brasília, Campinas/Jundiaí, Ceará, Curitiba, Espírito Santo, Florianópolis, Joinville, Maranhão e Salvador realizaram seminário no auditório Petrônio Portela do Senado Federal contra a criação da Funpresp. Palestrantes: Profa. Sara Granemann (UFRJ), Auditora aposentada Clemlice Carvalho (DS/Rio), Auditora aposentada Maria Lúcia Fattorelli (Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública) e Roberto Piscitelli (Assessor Técnico da Câmara dos Deputados).

Desde a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), através da Lei nº 12.618/2012, a diretoria da DS/Rio acompanha as análises sobre os fundos de pensão públicos existentes no País. O objetivo é coletar informações sobre desempenho financeiro e, principalmente, fatores de vulnerabilidade, apontando riscos e possíveis contaminações.

Embora a reversão para o regime de aposentadoria integral seja reivindicada por diversas

representações sindicais de servidores públicos federais, a realidade atual se chama Funpresp – o fundo de pensão que deverá amealhar gigantesco patrimônio, caso os novos servidores federais elejam esse modelo de poupança previdenciária para complementar a aposentadoria.

No dia 20 de maio, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindifisco Nacional promoveu, em São Paulo, o Encontro com Novos Auditores, com a presença do presidente da Funpresp, Auditor Ri-

cardo Pena, que divulgou o Regime de Previdência Complementar e incentivou a adesão dos colegas ao plano de complementação à aposentadoria.

Para incentivar a reflexão e o debate sobre o tema, a direção da DS/Rio apresenta o artigo “*A tragédia dos fundos de pensão*”, do economista Gerson Caner. O texto aborda um dos principais fatores de risco para os fundos de pensão no Brasil – a ingerência política na administração financeira dessas instituições.

A TRAGÉDIA DOS FUNDOS DE PENSÃO

Por Gerson Caner

O loteamento político de vários órgãos públicos é algo que tem chamado a atenção, em especial nos últimos 15 anos. Mas, o que se faz com a poupança de milhões de trabalhadores em nome de conveniências políticas é algo que merece atrair muita mais atenção dos órgãos de controle e do país como um todo.

Os fundos de pensão públicos são instituições criadas para cuidar da aposentadoria de servidores de estatais. Os maiores deles são o Petros, da Petrobras, o Postalís, dos Correios, o Funcef, da Caixa Econômica Federal, e o Previ, do Banco do Brasil. Para se ter uma ideia da importância dessas instituições, elas reúnem mais de 2,5 milhões de servidores na ativa e cerca de 550 mil aposentados. São mais de 3 milhões de trabalhadores, gente que reservou parte dos salários ao longo de décadas para garantir um futuro tranquilo e que agora sofre as consequências de decisões equivocadas e estranhas em negócios pra lá de heterodoxos.

Um estudo feito pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), com base nos balanços de 2014, mostra que os 86 Fundos com patrocínio de empresas estatais tiveram no cômputo geral o maior déficit de sua história, um rombo de 9 bilhões de Reais. Os resultados recentes foram mais que desastrosos em vários casos. Na Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, de um ano para outro o déficit passou de 3,1 para 5,5 bilhões de Reais. Na Petros, dos empregados da Petrobras, o déficit foi de 2,3 bilhões para 6,2 bilhões de Reais.

Pesa no resultado a coleção de péssimos investimentos dessas instituições em negócios como a Sete Brasil, locadora de navios e plataformas de petróleo, de futuro mais do que incerto depois de se complicar nas investigações da Operação “Lava-Jato”. Previ, Petros e Funcef detêm juntas, 37,5% da empresa.

Já o Postalís acumulou rombo de R\$ 5,6 bilhões. Em abril, os poupadores foram avisados de que teriam que pagar uma contribuição extra superior a 25% do salário para tapar o buraco.

O que torna casos como o do Postalís mais difícil de resolver é que, a exemplo dos demais Fundos citados, ele reúne o que de pior há na administração pública do Brasil: a indicação política aliada a interesses que não necessariamente

são os mesmos dos incautos poupadores. O Postalís é controlado por dirigentes indicados por políticos do PT e do PMDB.

O Petros, que tem (ainda) mais de R\$ 66 bilhões de patrimônio, teve seus e-mails interceptados pela Polícia Federal na Operação “Lava-Jato”. Eles indicam que o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari, influía diretamente na administração do gigantesco volume de recursos. Vaccari intermediou uma reunião entre a Petros e representantes de um Fundo de investimentos comandado pelo doleiro Alberto Youssef. Os principais cargos do fundo são historicamente divididos entre petistas da Federação Única dos Petroleiros e do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Uma análise um pouco mais rigorosa dos investimentos feitos pelos fundos de pensão das estatais ajuda rapidamente a compreender o tamanho dos prejuízos.

O grupo Galileo estava praticamente falido quando o Postalís comprou 75 milhões de Reais em debêntures. A Petros “investiu” nos mesmos ativos 25 milhões de Reais, além de ter aplicado 300 milhões de Reais na Lupatech, fornecedora de equipamentos para a exploração de petróleo, e que - mero detalhe - se encontra em recuperação judicial. Petros e Postalís também perderam dinheiro com a quebra do banco BVA. Uma auditoria do Banco Central apontou indícios de conluio entre dirigentes do banco e dos fundos de pensão. Como se não bastasse, o Postalís comprou 130 milhões de Reais em ações do Grupo EBX, do empresário Eike Batista. Desnecessário mencionar o resultado desse “investimento”.

O loteamento político de vários órgãos públicos é algo que tem chamado a atenção, em especial nos últimos 15 anos. Mas o que se faz com a poupança de milhões de trabalhadores em nome de conveniências políticas é algo que merece atrair muito mais atenção dos órgãos de controle e do país como um todo.

O autor: Gerson Caner é economista pela FEA/USP, com MBA em Finanças e 20 anos de experiência no mercado financeiro. Atuou como diretor de empresas de consultoria (Ernst Young) e é palestrante de Educação Financeira e Finanças Pessoais, além de Gestor de Investimentos. O artigo foi publicado no site Infomoney (Seção Política e Investimentos, blog Terraço Econômico), em 20/5/2015.

DS/Rio solicita esclarecimentos sobre Ação da GAT

O Sindifisco Nacional e a Unafisco Associação ajuizaram ação visando a reconhecer a incorporação da GAT (Gratificação de Atividade) aos vencimentos básicos de todos os auditores, ativos e aposentados. Enquanto a Unafisco Associação vem sendo bem-sucedida, o Sindifisco Nacional vem perdendo em todas as instâncias.

Na ação ajuizada pela Unafisco Associação foi proferida sentença julgando “parcialmente procedente a ação para reconhecer o direito de todos associados da autora, à data da propositura da ação, em ter incorporado a Gratificação de Atividade Tributária – GAT sobre os seus vencimentos, incidindo sobre ela as demais parcelas remuneratórias, com reflexos em todas as verbas recebidas no período, a partir da edição da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004.”

A decisão acima, reconhecendo que a GAT deve compor a base de cálculo das demais parcelas da remuneração que incidem sobre o vencimento básico – a exemplo dos anuênios e da Gifa –, no período de agosto de 2004 a julho de 2008, foi mantida em todas as instâncias superiores e resulta em diferenças devidas, atualizadas pela tabela da Justiça Federal e juros de 6% a.a. até abril de 2015, em valor em torno de R\$ 365 mil, de acordo com os cálculos efetuados por um colega.

Além disso, a decisão monocrática que negou provimento ao REsp 1460528/SP interposto pela União, naquela ação, publicada em 18/11/2014, mantendo o julgado, garantiu a aplicação da decisão transitada em julgado aos futuros associados da entidade e, ainda, a qualquer outro servidor integrante da categoria, independentemente da sua filiação à Unafisco Associação, conforme a seguir transcrito:

7 Assim, a formação da coisa julgada nos autos de ação coletiva deve beneficiar todos os Servidores da categoria, e não apenas aqueles que na ação de conhecimento demonstrem a condição de filiado do autor.”

8 Assim, quando uma entidade associativa propõe uma ação que visa à tutela de direitos coletivos de seus associados, caso a decisão lhe seja favorável, os seus efeitos se estenderão a todos que se encontrarem ligados pelo mesmo vínculo jurídico, ou seja, à categoria trabalhadora que a Associação ou o Sindicato representa/substitui processualmente, ainda que não sejam filiados à entidade sindical autora”.

Esta decisão monocrática foi mantida no Agravo Regimental ao REsp 1460528/SP, ao qual foi negado provimento, em decisão publicada em 28/04/2015.

Quanto ao mérito, na ação da GAT ajuizada pela Unafisco Associação, só resta a apreciação, pelo STF, do Recurso Extraordinário interposto pela União e tudo indica que lhe será negado provimento também naquele Tribunal.

Em contrapartida, como noticiado pelo Sindifisco Nacional, este vem tendo sucessivas derrotas na ação, desde a primeira instância, quando obteve sentença improcedente. À Apelação interposta pelo Sindicato, foi negado provimento, tendo sido interpostos Recursos Especial e Extraordinário, aguardando-se decisão.

Em vista dos fatos acima narrados, a direção da DS/Rio pergunta:

1) Qual escritório está patrocinando a ação da GAT ajuizada pelo Sindifisco Nacional?

2) Em função da importância da causa, pelos valores elevadíssimos que irão resultar da execução do julgado na ação ajuizada pela Unafisco Associação – valor calculado em torno de R\$ 365.000,00, até abril de 2015 –, como explicar que o Sindifisco Nacional não conseguiu obter êxito em qualquer instância, enquanto a Unafisco Associação só obteve decisões favoráveis? Quais as razões para o ocorrido?

3) No REsp 1460528/SP, ratificado pelo Acórdão do Agravo Regimental da 1ª Turma do STF, está expresso que a decisão que transitar em julgado, na ação coletiva ajuizada pela Unafisco Associação, será extensiva a todos os servidores da categoria beneficiada, que têm legitimidade para propor execução individual. Não é o caso do Sindifisco Nacional optar por orientar e coordenar os seus filiados para que executem o título judicial a ser obtido na ação da GAT do Unafisco Associação?

A DS/Rio também propõe que, caso seja mantida pelo STF a decisão sobre a ação ajuizada pela Unafisco Associação, que beneficia a nossa categoria, o Sindifisco Nacional priorize organizar e coordenar, para os seus filiados, a execução do título executivo decorrente da ação coletiva ajuizada pela Unafisco Associação.

Questões do Consumidor

A direção da DS/Rio firmou convênio com o escritório jurídico



Diego França Advogados, para a defesa dos interesses dos filiados no Juizado Especial Cível, notadamente nas questões relativas ao Direito do Consumidor, não cobertas pelo programa de Assistência Jurídica Individual (AJI) do Sindifisco Nacional. O dr. Diego França (foto) é o titular do escritório, que está localizado na Av. Presidente Antônio Carlos, 615, grupo 1205, Centro do Rio. Telefones: (21) 2222-7279 e 3148-2872. E-mail: contato@diegofrancaadvogados.com.br.

Comércio e leis da Aduana

O Auditor Rodrigo Luz, lotado na Inspeção/RJO, lançou em abril a 6ª edição (revista, atualizada e ampliada) do livro “Comércio Internacional e Legislação Aduaneira”, disponível nas versões impressa e digital (e-book) no site www.grupogen.com.br. Formado em Direito e Informática, o colega leciona desde 1998 as disciplinas Comércio Internacional, Legislação Aduaneira, Relações Econômicas Internacionais e Direito Internacional Público, preparando candidatos aos concursos públicos da Receita Federal, Banco Central e Ministério da Indústria e Comércio, entre outros. Rodrigo Luz também é instrutor da Escola de Administração Fazendária (Esaf) e autor das obras “Relações Econômicas Internacionais” e “Comércio Internacional – Questões”.



CELEBRANDO A VIDA *com poesia e canto*

A terceira edição da festa **Celebrando a Vida**, promovida pela direção da DS/Rio no dia 20 de maio, valorizou a “prata da casa” com belas apresentações do Coral “Seresteiros da Villa”, sob a regência do maestro Peri Santoro, e da colega aposentada Beatriz Dutra, declamando poesias do seu livro “Suavidades”, musicadas pelo maestro Ararypê Silva.

A 2ª vice-presidente da DS/Rio, Maria Gláudia Mamede, agradeceu a presença dos colegas e convidados e enalteceu a oportunidade desse reencontro especial que festeja a “alegria de viver, aqui e agora”.

A diretora-Adjunta de Saúde e Qualidade de Vida da DS/Rio, Sonia Mesentier, deu informes sobre o trabalho parlamentar

bem-sucedido da base Rio no Congresso Nacional, pela aprovação do projeto de lei que, do ponto de vista jurídico, mantém o Unafisco Saúde no Sindifisco Nacional.

A diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, Eliane Barros, convidou os presentes para o próximo Encontro dos Ativos, Aposentados e Pensionistas em Búzios (RJ), em outubro, que será divulgado em breve.

Um coquetel oferecido pela diretoria da DS/Rio no Salão de Festas da Afiperj encerrou o **Celebrando a Vida 3**, ao som de integrantes do bloco Fazendários do Amor e da bateria do Salgueiro, com vocal da funcionária Vivian Salgado, que abrilhantou a festa com repertório da MPB.



Casa Estrelas do Amanhã

Na abertura do **Celebrando a Vida 3**, a 2ª vice-presidente da DS/Rio Maria Gláudia Mamede lançou campanha para aumentar a arrecadação mensal da Casa Estrelas do Amanhã (CEAM). Criada e mantida há 23 anos pelos AFRFB, a entidade proporciona, anualmente, aulas de reforço escolar a 48 crianças do complexo de São Carlos, no Rio Comprido. A escalada inflacionária e as despesas com manutenção do imóvel penalizam a instituição, que subsiste graças aos colaboradores fixos e eventuais. Como formas de ajuda efetiva à CEAM, Gláudia Mamede sugeriu que o valor mensal mínimo de contribuição passe para R\$ 50,00 e que mais colegas se tornem colaboradores fixos. Os formulários de autorização de aumento e de adesão estão disponíveis no setor Eventos da Sede Quitanda, com a funcionária Cláudia – telefone (21) 3916-8550, e-mail eventos@sindifisconacional-rj.gov.br. A CEAM fica na Rua Azevedo Lima, 132, Rio Comprido, telefone 3972-1185, e está aberta à visita dos colegas.

Homenagem à Mulher Fazendária

A 2ª vice-presidente da DS/Rio, Maria Gláudia Mamede, recebeu homenagem da Equipe de Saúde e Qualidade de Vida da Superintendência da 7ª Região Fiscal, no dia 10 de março, durante celebração do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Ela foi escolhida para representar a "Mulher Fazendária" por sua trajetória funcional e atividades sindicais e associativas exercidas desde que chegou ao Rio, na década de 1980. A homenageada relatou sua participação nas entidades que congregam os AFRFB (Assefaz, Abafia e Sindifisco Nacional) e no bloco Fazendários do Amor, do qual é vice-presidente. **Na foto**, com a neta Eveline; o Auditor aposentado José Façanha Mamede, com quem está casada há 54 anos; e as filhas Virgínia e Angela.



Palácio da Fazenda faz 70 anos

ACS/SAMF/RJ



No dia 27 de abril, foram lançados o livro "Tesouro – O Palácio da Fazenda, da Era Vargas aos 450 anos do Rio de Janeiro", de Helio Brasil e Nireu Cavalcanti, e medalha cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, comemorativa dos 70 anos da inauguração do Palácio, que abriga o Ministério da Fazenda na cidade. Representando a DS/Rio, a diretora de Justiça Fiscal Célia Satiyo Seto recebeu as peças comemorativas. **Na foto**, com o superintendente de Administração do MF no Rio, Antônio Renato César de Andrade.

Portaria oficializa Coral da 7ª RF

A Superintendência da 7ª Região Fiscal assinou, no dia 8 de maio, a Portaria 325, criando a Equipe de Coral da SRRF07 no âmbito da área de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho. O objetivo é possibilitar maior integração no ambiente de trabalho e promover a imagem institucional, em eventos internos e externos.

A ideia do coral partiu da DS/Rio, com base nas observações de diretores e apoiadores sobre o aumento do estresse no ambiente funcional. Na época, o canto-coral foi mencionado como atividade ideal para aproximar as pessoas e trazer bem-estar. O projeto foi implantado em agosto de 2014 com excelente receptividade e está aberto aos fazendários ativos, aposentados e pensionistas.

Os ensaios são às terças-feiras, das 10h às 12h, na Sala de Ensaios do 14º andar do edifício-sede do Ministério da Fazenda. Não é necessário conhecimento prévio de canto. Informações pelos telefones (21) 3805-4361 ou 3805-4322, com Wilma ou Alessandra.



Despedida do notório folião



No dia 25 de maio, faleceu no Rio o Auditor aposentado Francisco Paulo Favilla, conhecido pela participação efetiva nas entidades representativas dos AFRFB lotados na base. Notório folião, fundou o bloco carnavalesco Fazendários do Amor, em 1978, para reunir os servidores do Ministério da Fazenda no Rio e promover, com alegria, temas importantes como Justiça Fiscal e Cidadania. Atualmente, Favilla era presidente de honra do bloco, que conta com o apoio da DS/Rio, Afiperj e Unafisco Associação (Nacional e Regional). **Na foto**, Favilla no desfile do Fazendários, no Carnaval de 2015.

Homenagem aos mártires de Unai

No dia 28 de abril, as diretoras Maria Gláudia Mamede (2ª vice-Presidente) e Sonia Cunha (Adjunta de Aposentadoria e Pensões) representaram a DS/Rio na solenidade de entrega da medalha “Mártires de Unai/MG” aos familiares dos Auditores-Fiscais do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e do motorista do Ministério do Trabalho (MTE) Aílton Pereira de Oliveira. Os quatro foram assassinados em 2004, durante fiscalização contra o trabalho escravo em fazendas da localidade mineira. A homenagem foi prestada pela Delegacia Sindical RJ do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), presidida pelo Auditor Pedro Paulo Martins. A presidente Nacional do Sinait, Rosa Campos Jorge, elogiou a iniciativa e lamentou o sucateamento do Estado brasileiro, que prejudica a fiscalização. O MTE possui hoje somente 3.644 fiscais, que atuam sob péssimas condições de segurança e receio constante de se tornarem novas vítimas de maus empregadores. A chacina de Unai ocorreu no dia 28 de janeiro de 2004, mas a data da homenagem teve sentido mais amplo – 28 de abril é o Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, e o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho notificados, com oito mortes diárias e 700 mil mortes ou acidentes por ano.



Receita também ameaçada – No dia 9 de dezembro de 2008, o AFRFB José de Jesus Ferreira foi vítima de emboscada em Fortaleza (CE) e alvejado cinco vezes por indivíduos contratados por Farhad Marvizi, comerciante atuado pelo colega. Jesus sobreviveu, mas ficou seis meses tetraplégico e levou quase dois anos para retornar ao trabalho. Passou, ainda, três anos em “segurança domiciliar”, sob escolta paga pelo fundo constituído pelas Delegacias Sindicais e a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindifisco Nacional – iniciativa que também cobriu os gastos com despesas médicas e assistência jurídica. Em outubro de 2012, Marvizi foi condenado por júri popular a 20 anos de prisão em regime fechado, na penitenciária federal de Mossoró (RN). Em

março de 2013, através de sua influência política e econômica, tentou alterar o regime de encarceramento para prisão domiciliar, alegando problemas de saúde. Na época, as Delegacias Sindicais do Rio, Ceará, Campinas/Jundiá, Joinville, Espírito Santo, Salvador, Poços de Caldas, Varginha e Curitiba subscreveram uma **Nota de Alerta à Sociedade Brasileira**, lembrando que “o atentado ao Auditor-Fiscal representou ataque direto à atuação do Estado brasileiro no combate aos crimes de contrabando e descaminho e as deletérias consequências sociais deles decorrentes”. A exemplo do que ocorre com os Auditores Fiscais do Trabalho, a vitória na Justiça não reduz os riscos cotidianos nem a carga de ameaças dirigidas aos AFRFB, no exercício de suas funções.

BH analisa papel do Carf

Com seminário em Belo Horizonte, no dia 2 de junho, a categoria iniciou debate sobre o papel do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A DS/Rio enviou 12 representantes ao evento – Airton Dias, Denise de Alvim Brito, Efigênia Nolasco, Fátima Rodrigues, Helio Muylaert, Leila Signorelli, Marcílio Henrique Ferreira, Olavo Porfírio, Olímpia Sandora, Sérgio Safcher, Sonia Bindes e Sonia Cunha –, uma iniciativa conjunta da DS/BH e da Diretoria Executiva Nacional (DEN). Para a direção da DS/Rio, o impacto das decisões do Carf no resultado do trabalho dos AFRFB demanda discussão nacional e estudo técnico do Sindicato, com divulgação de parecer à sociedade brasileira. Nos meses de abril e maio, o Ministério da Fazenda formulou consulta pública sobre proposta de alteração na estrutura do Carf. Como o Sindifisco Nacional não se pronunciou, a DS/Rio propôs apoio ao parecer dos procuradores da República do Distrito Federal (PRRF 1), integrantes da Operação Zelotes, que criticaram a existência do Carf e, principalmente, sua estrutura sem comparação no mundo – eram 216 conselheiros.



Atividade imprescindível

A diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensões da DS/Rio Eliana Barros Rocha recebe placa alusiva às atividades sindicais sob sua responsabilidade, durante o III Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas (Enap), promovido pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) de 4 a 7 de maio, em Gramado (RS). Na DS/Rio, compete à pasta o encaminhamento de questões relevantes como a proteção aos direitos dos filiados idosos.